

CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

Políticas públicas financiadas com encargos na conta de luz



A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é um fundo com grande aporte de consumidores privados, que financia uma série de políticas do setor de energia. A partir de 2018, os consumidores rurais e as empresas públicas de água, esgoto e saneamento tiveram suas isenções tarifárias reduzidas até sua extinção em 2023. Uma avaliação feita pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas indica que a extinção é uma medida positiva, com impacto sobre o crescimento econômico. Também mostra que 1/3 dos recursos do fundo subsidiam a distribuição em sistemas isolados (que queimam combustíveis fósseis) e a compra de carvão mineral. O novo Plano de Transição Ecológica prevê substituição dessas fontes a fim de tornar nossa matriz energética ainda mais limpa. Em termos sociais, os subsídios se mostraram bem focalizados, incluindo famílias mais vulneráveis nas regiões Norte e Nordeste.

POLÍTICA AVALIADA

Conta de Desenvolvimento Energético

RECURSOS ENVOLVIDOS

R\$ 35 BI*

ANO DA AVALIAÇÃO

2019

CONCLUSÕES PRINCIPAIS



Cerca de 1/3 dos recursos avaliados subsidiavam fontes sujas



Reduzir descontos para toda a área rural ajuda o país a crescer



Tarifa Social de Energia Elétrica está bem focalizada e distribui renda entre regiões

*ANEEL, NT 140/2023

A distribuição de energia elétrica no Brasil conecta unidades geradoras, vias de transmissão e distribuição e consumidores finais por meio do Sistema Interligado Nacional (SIN). A cobertura alcança quase todo o país e a principal fonte é hidrelétrica. Uma vez que os centros urbanos e as regiões industriais são os maiores consumidores, a infraestrutura das redes de transmissão e distribuição priorizou esses espaços. Em algumas áreas, sobretudo do Norte, a população é atendida por sistemas isolados, com geração por queima de combustíveis fósseis.

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), criada pela Lei 10.438/2002, é um fundo setorial administrado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que oferece subsídios para produtores de energia, distribuidoras de pequeno porte, cooperativas de eletrificação, para consumidores em área rural e de baixa renda. De uma maneira geral, o fundo atende a demandas sociais, apoia a distribuição e a produção de energia elétrica.

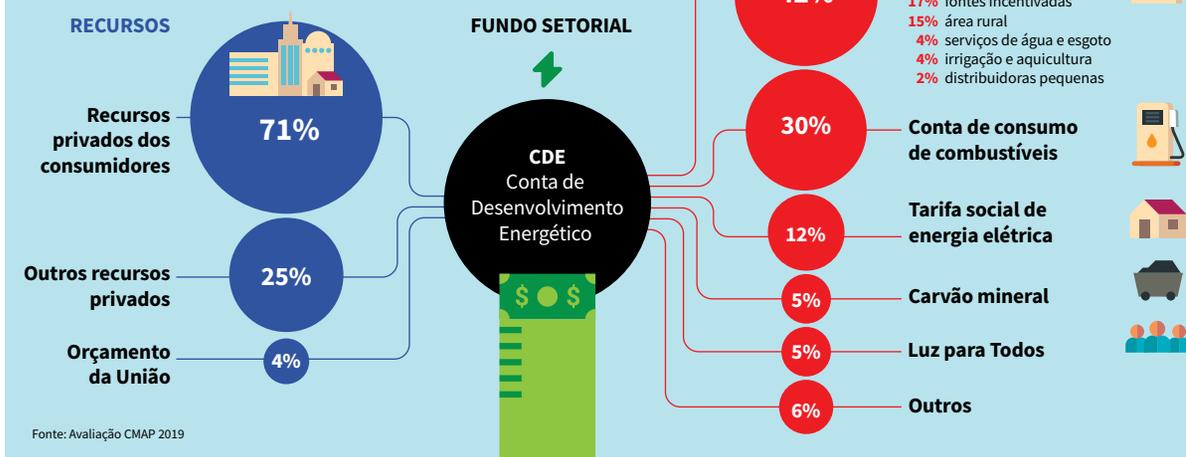
Uma avaliação produzida no âmbito do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), em 2019, investigou quem se beneficia das políticas que compõem a Conta de Desenvolvimento Energético e seus efeitos sobre o crescimento econômico, indicando caminhos de melhoria.

Utilizando dados de 2018, o estudo mostrou que os recursos públicos são minoritários no fundo, pois mais de 95% se originavam de subsídios cruzados, isto é, encargos cobrados de consumidores privados dentro do setor elétrico. A concessão de subsídios a determinados grupos combinando recursos públicos e privados é comum em outros países, embora, recentemente, as reformas estejam indo na direção do aumento de recursos públicos.

No Brasil, 42% dos recursos arrecadados eram direcionados para redução na tarifa de uso do sistema de distribuição ou na tarifa de energia para alguns grupos, como **consumidores e geradores de fontes incentivadas** (pequenos empreendimentos hidrelétricos, base eólica, solar etc.), **consumidores rurais que utilizam irrigação e aquicultura**, outros **consumidores rurais** e **serviços públicos de água, esgoto**

RECURSOS E BENEFICIÁRIOS DA CDE EM 2018

Em R\$ bilhões correntes



Descontos tarifários e compra de combustíveis recebem mais de 70% dos recursos do fundo

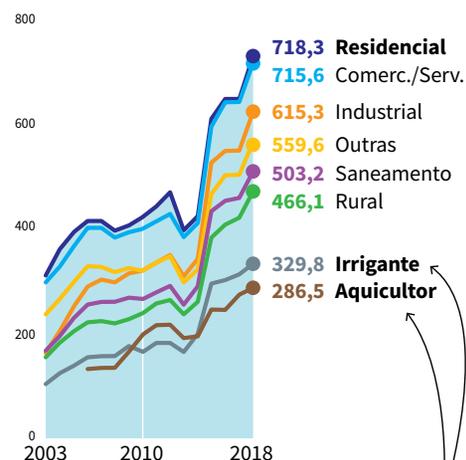
e saneamento. As menores tarifas eram pagas por produtores que utilizavam irrigação e aquicultura, todos os consumidores em área rural e os fornecedores de água, esgoto e saneamento. Contudo, algumas coisas mudaram desde a avaliação. A partir de 2018, os subsídios para consumidores rurais e para serviços públicos de água, esgoto e saneamento começaram a ser reduzidos e serão extintos até o final de 2023. A avaliação demonstrou ainda que os subsídios (já em curso de extinção) para consumidores rurais (residenciais e produtores) geravam perdas de R\$ 1,4 bilhão (em valores de 2016) ao ano para o país.

Recursos da CDE são utilizados também para fomentar as chamadas **fontes incentivadas**, como eólica, solar, pequenas hidrelétricas e biomassa. Em relação a elas, foi possível observar que preços de leilões já indicavam, à época da avaliação, que haviam alcançado os mesmos patamares de competitividade das hidrelétricas grandes ou gás natural, sendo questionada a pertinência da manutenção dessa política. Contudo, os incentivos permanecem para todos os empreendimentos que iniciaram o contrato até 2021.

Além disso, 29,2% dos recursos do fundo eram direcionados para a **conta de consumo de combustíveis**,

TARIFAS MÉDIAS NO AMBIENTE DE CONTRATAÇÃO REGULADA

Por classe, inclusive impostos (R\$/MWh)



Em 2018, a tarifa paga por aquicultores e irrigantes era quase metade do valor pago pelas residências. Atualmente, esse grupo segue pagando as menores tarifas.

Fonte: Avaliação CMAP 2019

uma política que compensa os sistemas isolados, não conectados ao Sistema Interligado Nacional (SIN), que têm custos mais elevados. O desafio é que esses sistemas isolados usam energia de fontes não renováveis e contribuem de forma negativa para as emissões de gases poluentes. Somado a isso, temos ainda que 4,5% do fundo financiava a política de **carvão mineral**, um apoio a usinas termelétricas para aumentar sua competitividade em áreas atendidas pelo SIN. Portanto, quase 1/3 do fundo estava direcionado a iniciativas com impacto ambiental negativo. Atualmente, esse percentual subiu para 38%.

Por fim, a avaliação constatou que, em termos sociais, a **Tarifa Social de Energia Elétrica** (TSEE) está bem focalizada e que há um fluxo distributivo de recursos desde as regiões Sul e Sudeste e Centro-Oeste para Norte e Nordeste.



CLIQUE AQUI ou acesse o QRCode e leia os relatórios de avaliação desta política